

DIAGNÓSTICO DA OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Diretrizes e Prioridades

Superintendência de Outorga e Cobrança/ANA

Equipe Técnica

Alan Vaz Lopes

André Raymundo Pante

Fabiana Vieira Lima de Carvalho

Leonardo Mitre Alvim de Castro

Luciano Meneses Cardoso da Silva

Brasília, 13 de julho de 2005

SUMÁRIO DO TRABALHO

1- Análise da Legislação Federal referente à Outorga

- A outorga e os outros instrumentos da PNRH;**
- Integrantes do SINGREH e sua atuação frente à outorga (CNRH, ANA, CERH, Comitês, Órgãos estaduais de recursos hídricos e Agências de Águas;**
- Resoluções dos CNRH e CONAMA que dispõem sobre outorga.**

2- Avaliação dos Sistemas de Outorga existentes no País

- Diagnóstico dos órgãos gestores de recursos hídricos;**
- Análise das outorgas emitidas no País;**
- Estimativas de usos outorgáveis no País.**

3- Integração dos Instrumentos de Outorga e Licenciamento Ambiental

4- Propostas de diretrizes para a implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga.

Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Para cada Estado ou Autoridade Outorgante

- 1- Situação Atual do Sistema de Outorga (Órgão gestor, estrutura existente, demanda média de solicitações, demanda de equipe, banco de dados, etc.);**
- 2- Critérios de Outorga (vazão de referência, percentuais outorgáveis, usos insignificantes, lançamentos de efluentes, vazões ecológicas, outros critérios);**
- 3- Procedimentos Administrativos (pré-análises, formulários, publicações, emolumentos cobrados, prazos de validade, integração com o licenciamento);**
- 4- Formas de Análise dos Pedidos de Outorga (base digital de hidrografia, necessidade de vistoria, softwares e metodologias utilizadas);**
- 5- Ações pró-ativas desenvolvidas;**
- 6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria;**

Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Análise das outorgas emitidas no País (até dez/2004)

Total de Outorgas emitidas: 95.107 (2.304m³/s)

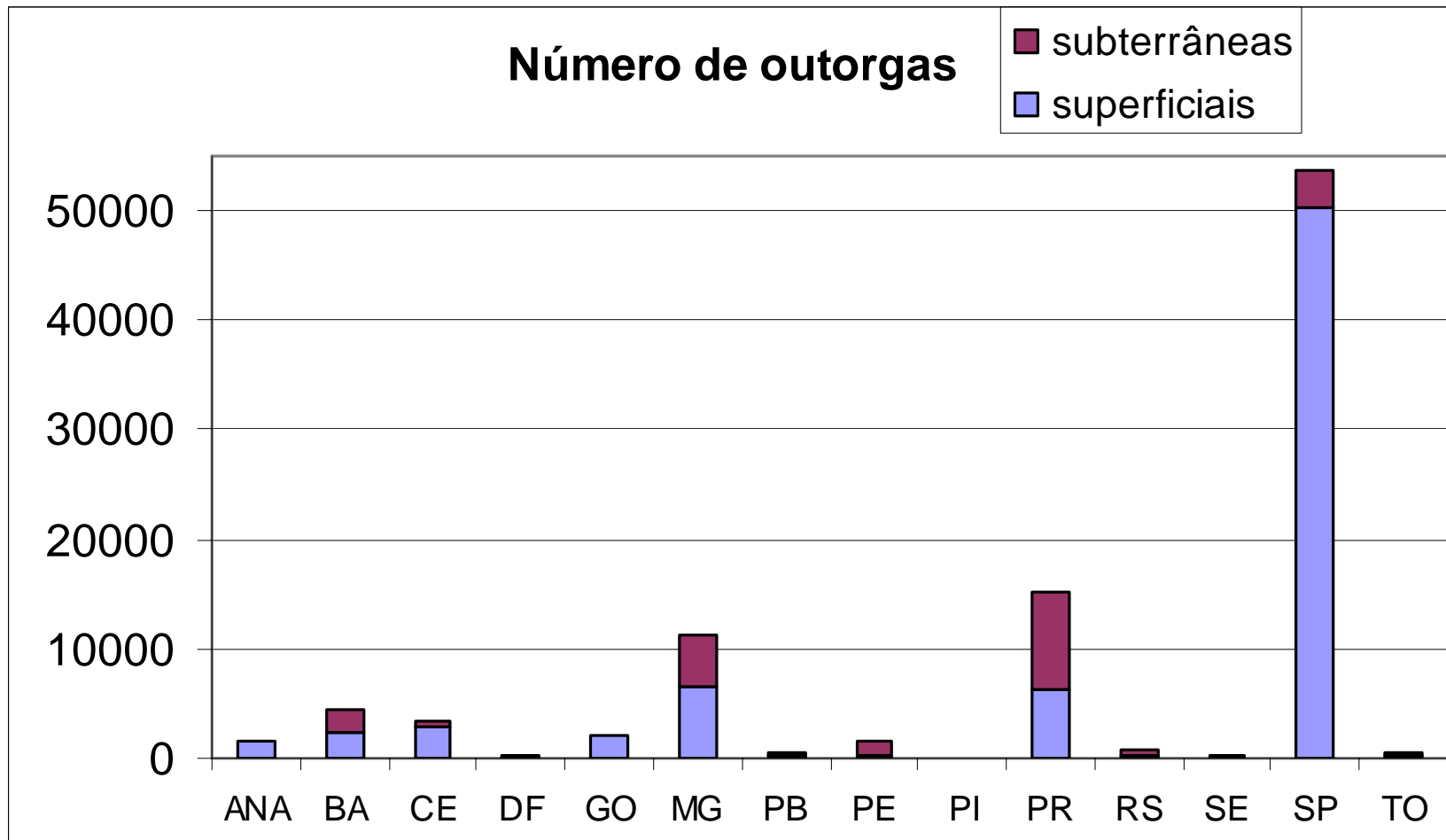
- A. Águas superficiais: 73.233 (2.215m³/s)**
- B. Águas subterrâneas: 21.874 (89m³/s)**
 - I. Captações ou alterações de regime e quantidade: 70.660 (2.044m³/s)**
 - II. Lançamentos de efluentes ou alterações de qualidade: 24.447 (260m³/s)**

Obs: - Estados cujos órgãos outorgantes encaminharam relação de outorgas: BA, CE, DF, GO, MG, PB, PE, PI, PR, RS, SE, SP, TO, além da ANA.

- Não inclui as outorgas emitidas por AL, RJ e RN.

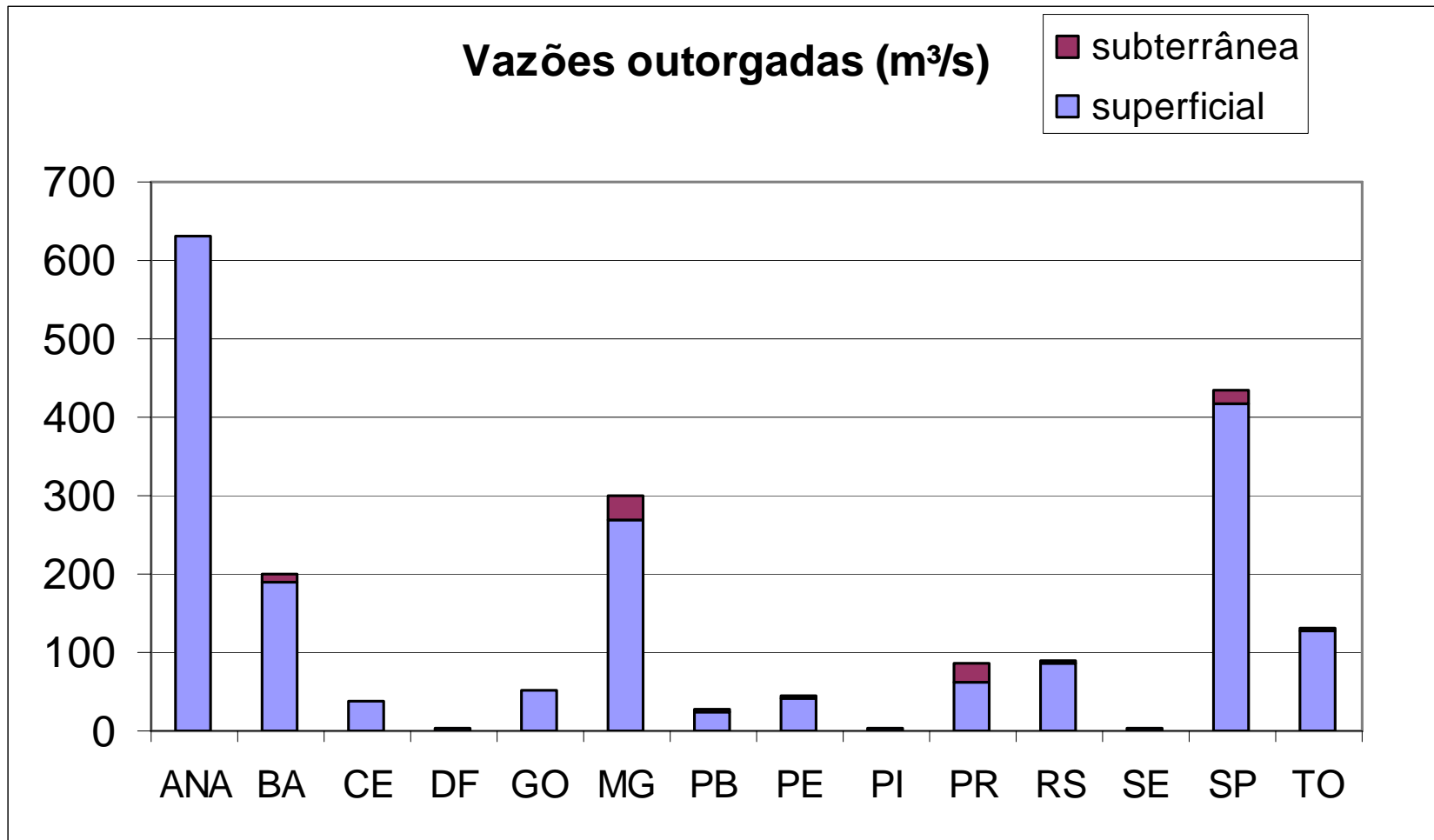
Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Análise das outorgas emitidas no País



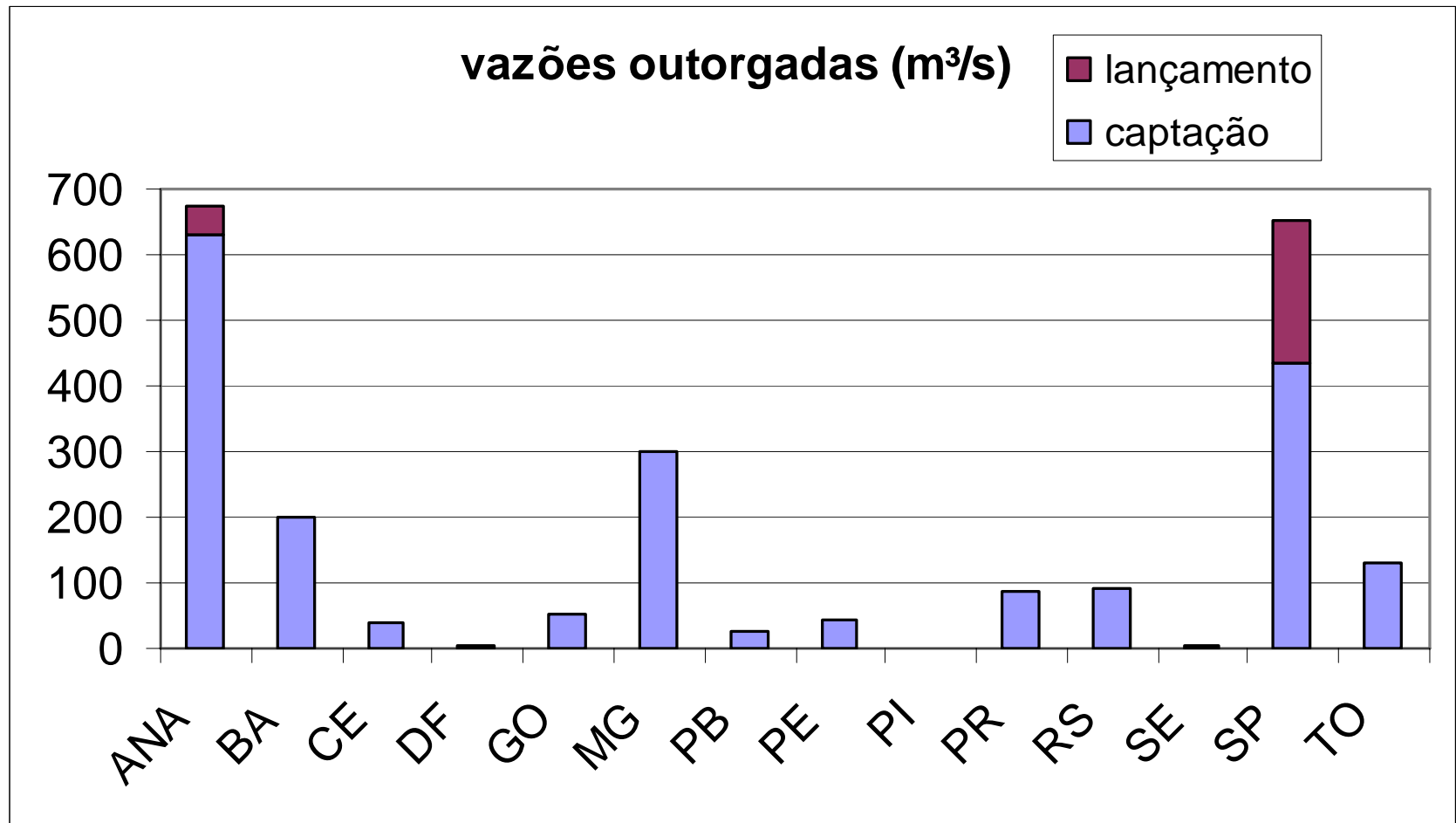
Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Análise das outorgas emitidas no País



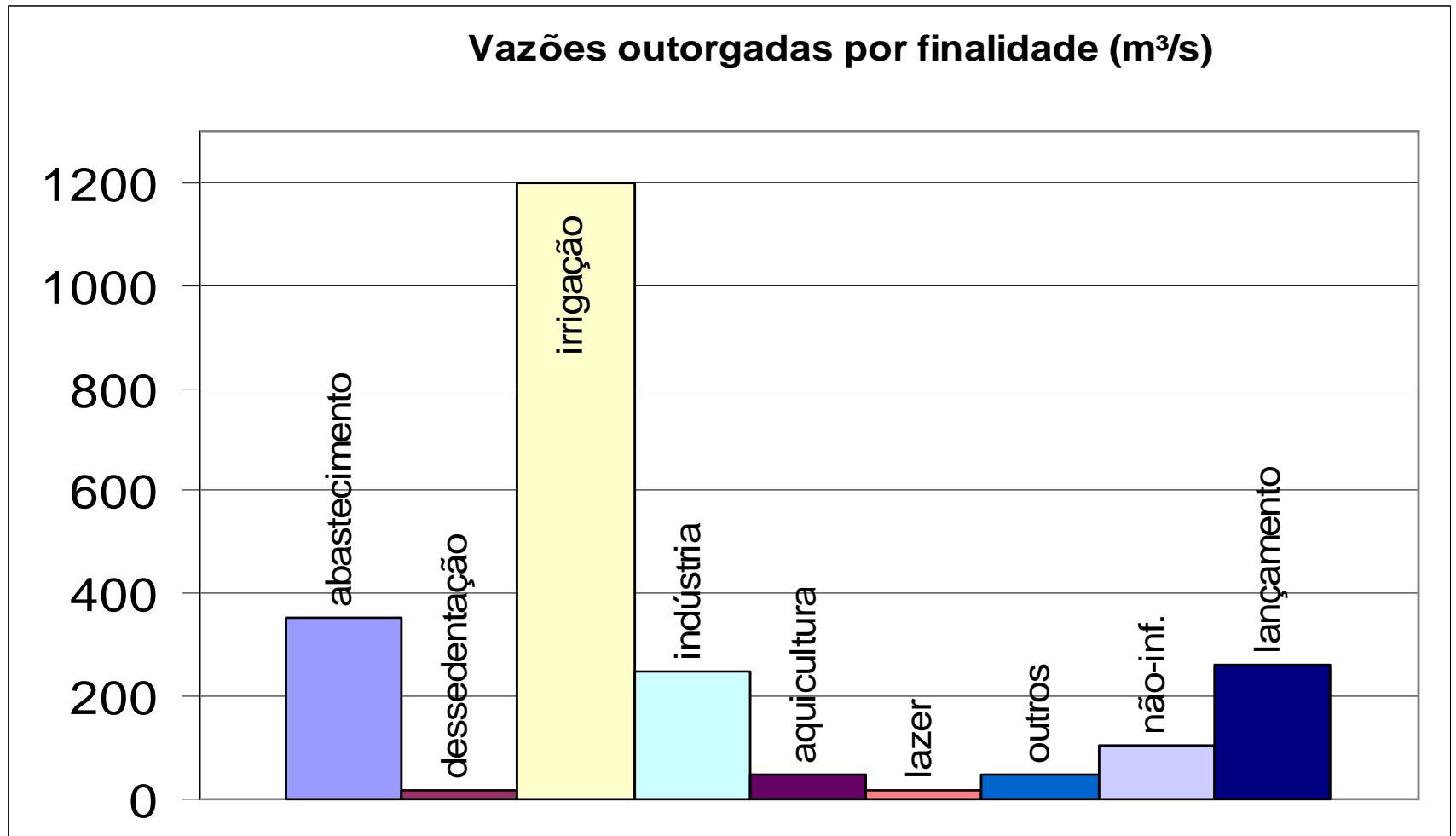
Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Análise das outorgas emitidas no País



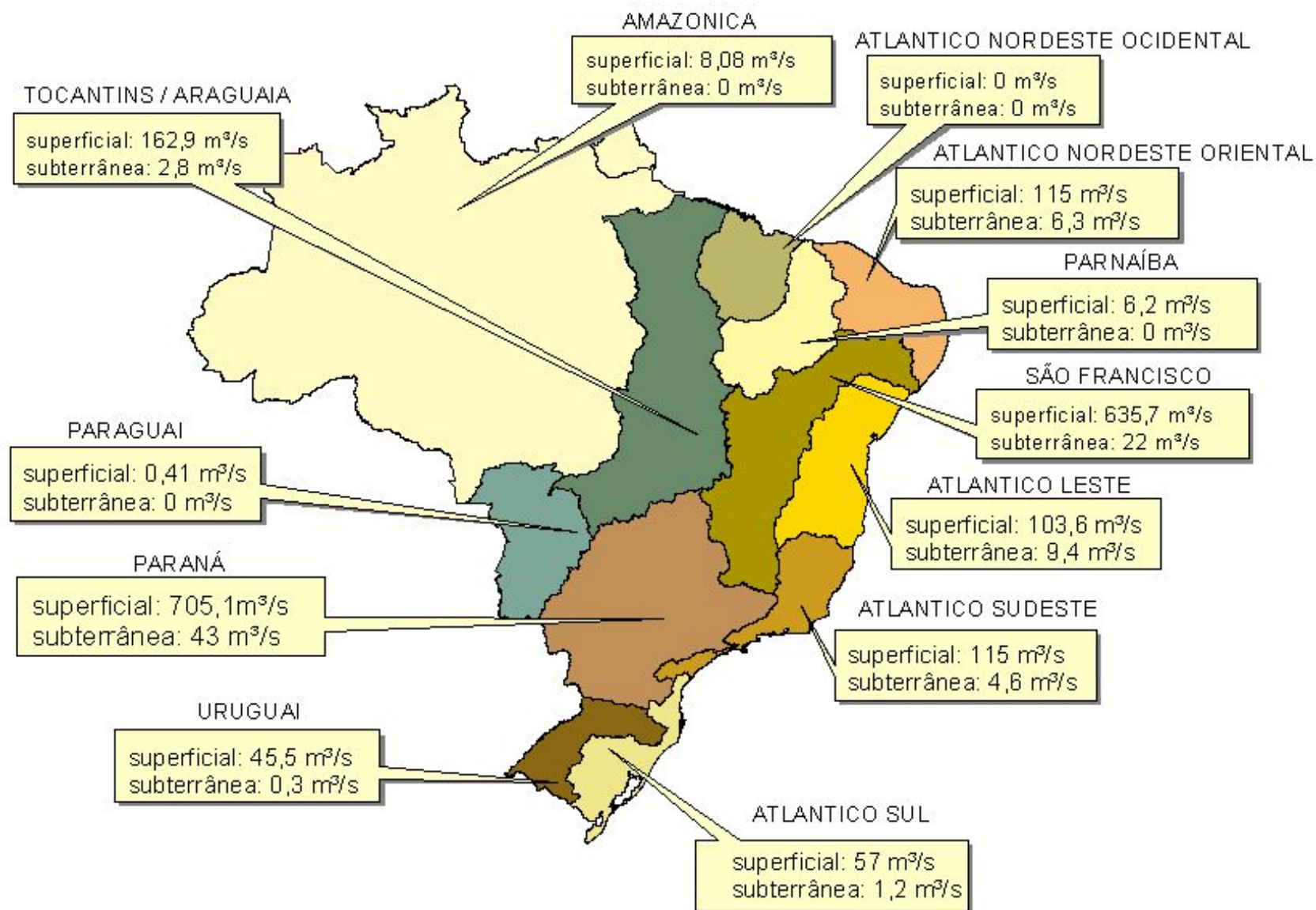
Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Análise das outorgas emitidas no País



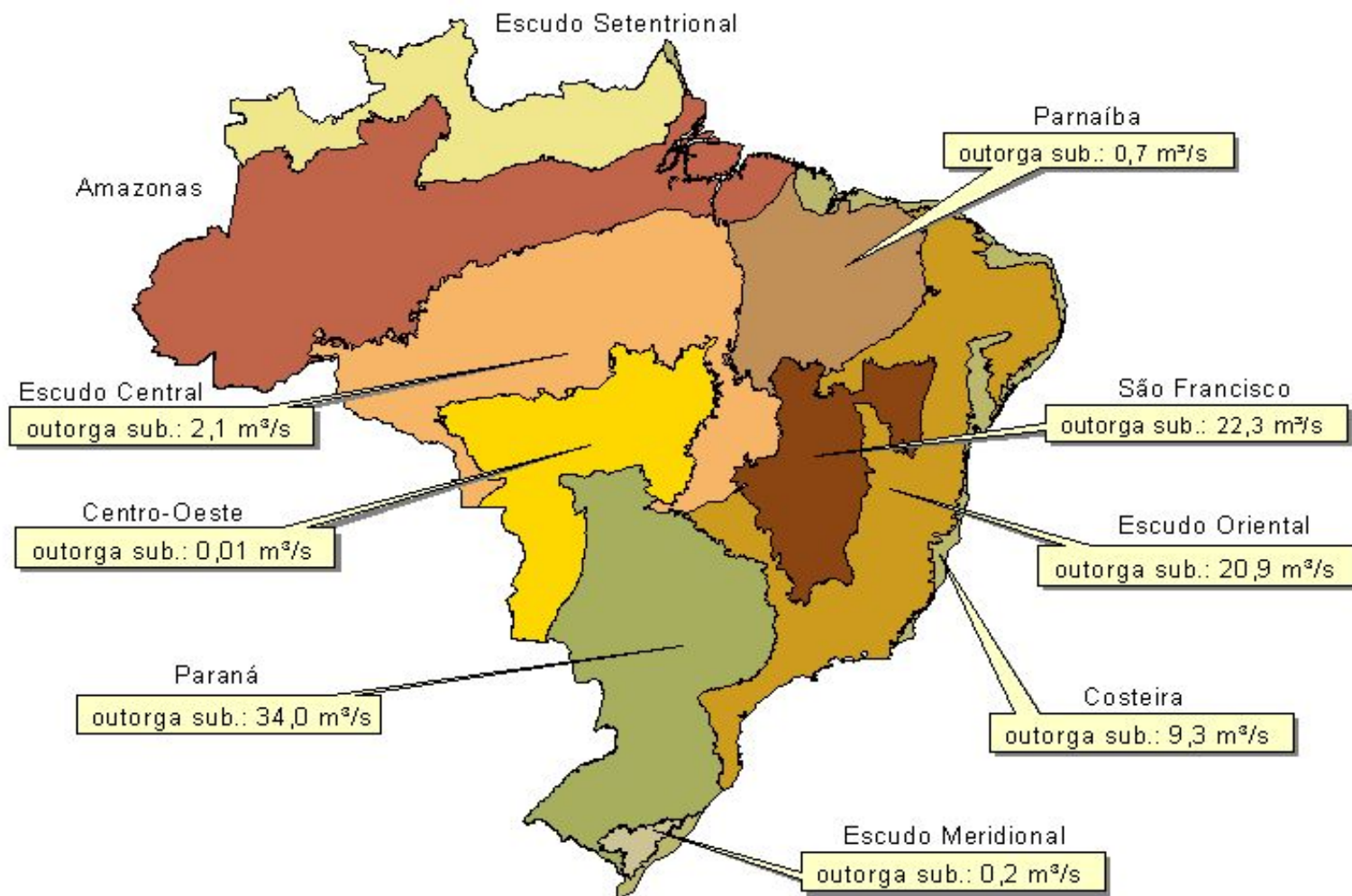
Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Vazões outorgadas por Região Hidrográfica



Avaliação dos Sistemas de Outorga no País

Vazões outorgadas de águas subterrâneas por Província Geológica



Integração Outorga Licenciamento

- 1- Dois Sistemas diferentes para emissão de documentos autorizativos. SISNAMA (Licenciamento) e SINGREH (Outorgas);**
- 2- Na primeira etapa, redação de Resolução definindo os momentos em que devem ser emitidos os atos administrativos e os pré-requisitos (Resolução já aprovada na CTIL, a ser encaminhada para Plenária CNRH);**
- 3- Na segunda etapa, discussão de procedimentos de análise, objetivando evitar duplicidade de análises para cada tipo de intervenção em recursos hídricos (lançamento de efluentes, aproveitamentos hidrelétricos, barramentos, sistemas de drenagem, etc);**
- 4- Proposta que a segunda etapa seja realizada, inicialmente, por meio de discussões e emissão de Instrução Normativa entre a ANA e o IBAMA e depois remetida a discussões e emissão de Resoluções dos Conselhos.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

1- Campanhas de Regularização de Usos de Recursos Hídricos existentes

- A. Em função da outorga tratar de um procedimento novo, há a necessidade de ações pró-ativas, visando a regularização dos usos existentes;**
- B. Propõe-se a realização de programas de regularização de usos por bacias hidrográficas, que constariam de:**
 - 1. Cadastramento de usuários;**
 - 2. Realização de estudos de disponibilidade e balanço hídrico;**
 - 3. Proposição de Marcos Regulatórios;**
 - 4. Emissão das Outorgas de direito de uso, regularizando os usuários existentes.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

2- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH

- A. Objetiva a disponibilização sistemática de informações sobre usuários e demandas de recursos hídricos existentes em todo o País;**
- B. Possibilitará a todos os usuários o cadastramento via Internet e a atualização das informações a qualquer tempo;**
- C. A partir do cadastramento, caberá à autoridade outorgante competente, formalizar as outorgas ou indicar as condições para o acesso à água pelo usuário;**
- D. Necessidade de discussão entre os órgãos gestores de recursos hídricos sobre as informações necessárias, os mecanismos de codificação, atualização de dados;**
- E. Necessidade de capacitação e aparelhamento dos órgãos gestores para recepção e manutenção dos dados informados e para a posterior emissão das outorgas, regularizando os usos de recursos hídricos.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

3- Estabelecimento de Marcos Regulatórios

- A. Tratam-se de regras de uso da água necessárias à regularização dos usos existentes e para a outorga a novos usuários a serem instalados em determinado horizonte de tempo;**
- B. Para os seus estudos, há a necessidade de avaliação das atuais condições de uso da água e o traçado de prognósticos quanto aos usos futuros da água;**
- C. Os Marcos devem prever a alocação de água por setor usuário e por período de tempo, além de requisitos de vazão mínima e de carga máxima de poluentes na transição dos corpos de água;**
- D. Os seus estudos e a sua definição devem ser realizados por meio de estreita articulação e ações integradas entre as autoridades outorgantes estaduais e a ANA.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

4- Regularização de usos para outorga em setores estratégicos (1/3)

Setores estratégicos objeto de ações específicas de regularização: Saneamento, Transporte Aquaviário, Agricultura Irrigada, Industrial, Setor Elétrico, Aquicultura, Implantação de Reservatórios.

Propostas:

Inicialmente, articulação entre os órgãos gestores estaduais e a ANA;

Saneamento: Articulação e parceria entre órgãos de recursos hídricos e ASSEMAE, AESBE, MCidades, FUNASA e ABES para a regularização desses usos de águas;

Agricultura Irrigada: Busca de parceria com órgãos de financiamento, concessionárias de energia e da realização do Cadastro Nacional de Irrigantes para chamada de usuários.

Setor Industrial: Parcerias com a CNI, Federações estaduais de indústrias e órgãos de financiamento. Definição de procedimentos em Resoluções como para mineração, que está na CTPOAR/CNRH;

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

4- Regularização de usos para outorga em setores estratégicos (2/3)

Aqüicultura: Realização de estudos de capacidade de suporte por reservatório com a definição dos marcos regulatórios para disciplinar o uso da água – Cadastramento de usuários do reservatório;

Implantação de Reservatórios: Necessidade de aperfeiçoamento e padronização dos procedimentos de análise;

Setor Elétrico:

- Necessidade de articulação entre órgãos gestores de recursos hídricos para a integração de procedimentos técnicos para controle dos usos já existentes;**
- Aprimoramento e padronização das formas de análise dos impactos resultantes da sua implantação e das restrições de uso proporcionadas.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

4- Regularização de usos para outorga em setores estratégicos (3/3)

Transporte Aquaviário: Setor se caracteriza como usuário sob dois aspectos:

1- Quando efetua intervenções no regime dos corpos de água para manter ou melhorar as condições de navegação (obras de elevação de nível d'água (eclusas) e de regularização de vazões, canalizações, dragagens e derrocamentos, dentre outras) – Intervenções sujeitas à outorga;

2- Quando demanda a manutenção de níveis adequados à navegação (restrição de usos consuntivos a montante) – necessidade de definição das condições necessárias à navegação.

Ações Propostas:

1- Discussão das interferências previstas e consolidação das definições no âmbito dos Planos de Bacias;

2- Atualização do Plano Nacional de Viação de 1973, redefinindo prioridades e cronogramas do setor.

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

5- Outorga em Águas Subterrâneas

- A. Águas Subterrâneas de domínio dos Estados, conforme CF 1988. Carência de procedimentos e critérios técnicos consolidados na maior parte dos órgãos estaduais. Superexploração pode causar prejuízos ao escoamento de base dos cursos de água superficiais;**
- B. Necessidade de realização de estudos para aumentar o nível de conhecimento dos sistemas aquíferos existentes no país e reduzir o nível de incertezas;**
- C. Participação da ANA, para apoio aos estudos e articulação entre Estados;**
- D. Zoneamento dos aquíferos para orientação quanto à utilização futura;**
- E. Definição de metodologia de cálculo de disponibilidade hídrica e análise dos pedidos de outorga;**
- F. Regularização de usos com apoio das empresas distribuidoras de energia elétrica;**
- G. Necessidade de continuação das discussões no CNRH de proposta de Resolução para articulação entre órgãos de recursos hídricos e DNPM no caso de águas minerais.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

6- Outorga em Zona Costeira

- A. Necessidade de documentos autorizativos de SPU – Secretaria de Patrimônio da União, Comando da Marinha e IBAMA, além da outorga de uso de recursos hídricos;**
- B. Instrução Normativa Interministerial nº 06/2004 dispendo sobre fluxo de documentos e autorizações;**
- C. Há necessidade de definição de critérios técnicos para as áreas estuarina e costeira, que observem padrões de qualidade e transporte aquaviário;**
- D. Proposta de continuação das discussões no âmbito do GERCO do MMA – Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro e envolvimento das Câmaras Técnicas do CNRH. (definição de critérios de outorga e melhoria nos procedimentos, tornando-os mais claros, para a regularização dos usuários existentes).**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

7- Outorga em Rios Transfronteiriços (1/2)

Atualmente são verificadas dificuldades para a gestão desses corpos de água, em função de:

- Insipiência de arranjos institucionais e acordos internacionais;**
- Deficiências de conhecimento sobre os fenômenos hidrológicos nessas áreas;**
- Diferenças entre as Políticas e os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos;**
- Diferenças e desconhecimento entre as características das intervenções e demandas atuais e futuras de cada um dos países envolvidos.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

7- Outorga em Rios Transfronteiriços (2/2)

Propostas:

- 1. Desenvolvimento de estudos técnicos para a definição dos corpos de água transfronteiriços, áreas de influência e atores envolvidos;**
- 2. Determinação das disponibilidades e demandas hídricas atuais e futuras, além da identificação dos conflitos;**
- 3. Estabelecimento de regras internacionais para a implantação e operação de aproveitamentos de recursos hídricos;**
- 4. Definição de metas de racionalização do uso da água, formas de monitoramento, controle e fiscalização, quotas de utilização das águas e condições de entrega;**
- 5. Integração dos sistemas de informações sobre recursos hídricos e das redes de monitoramento quali-quantitativo das águas;**
- 6. Fomento ao desenvolvimento de pesquisas sobre fenômenos hidrológicos e climáticos em grandes bacias hidrográficas e aquíferos.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

8- Fortalecimento Institucional para Implementação da Outorga

- A. Atualmente, análises de pedidos de outorga realizadas, em sua maioria, por técnicos em cargos comissionados ou com contratos temporários (grande rotatividade de técnicos, sem agregar conhecimento para o órgão gestor);**
- B. Necessidade de Fortalecimento Institucional para que a emissão das outorgas seja realizada de forma técnica, sem ser um entrave ao desenvolvimento;**
- C. Proposta de realização de estudos para definição de equipe técnica e formação para cada órgão gestor;**
- D. Verificação da equipe existente e realização de concursos públicos;**
- E. Definição de um Programa de Capacitação dos técnicos estaduais, realizados por especialistas dos órgãos que têm procedimentos consolidados, entre eles a ANA;**
- F. Definição de uma Sistemática de troca de informações entre os órgãos outorgantes, para apoio técnico e discussão de metodologias de análise.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

9- Proposição de Sistema Nacional de Informações

- A. Todos os órgãos gestores de recursos hídricos publicam suas Portarias e Resoluções de Outorga em Diários Oficiais;**
- B. Entretanto, para a efetiva disponibilização das informações aos usuários e interessados, há a necessidade de um Sistema via Internet, de fácil acesso por todos;**
- C. Proposta de discussão entre as autoridades outorgantes de informações relevantes de cada outorga, que poderiam ser disponibilizadas na Internet;**
- D. Desenvolvimento de Sistema com envolvimento dos órgãos gestores estaduais e da ANA, que apresente as principais informações das outorgas emitidas;**
- E. Consolidação do Sistema com as informações do CNARH.**

Propostas de Diretrizes para a Implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga

10- Resumo das recomendações e propostas

- A. Realização de ações pró-ativas como cadastros de usuários para a regularização dos usos existentes;**
- B. Implementação do CNARH;**
- C. Estabelecimento de Marcos Regulatórios por bacias;**
- D. Definição de estratégias para a regularização de usos em setores estratégicos;**
- E. Discussão de procedimentos e critérios para outorga de águas subterrâneas, rios transfronteiriços e zona costeira;**
- F. Fortalecimento institucional na área de outorga;**
- G. Disponibilização de um sistema para a divulgação das outorgas emitidas.**